



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi

QUARTA CÂMARA CRIMINAL
PROCESSO nº: 0201633-7 (3ª Vara Criminal de Olinda)
HABEAS CORPUS
IMPETRANTE: JURANDIR ALVES DE LIMA
PACIENTE: MARCONE JOSÉ SANTOS DA SILVA
RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

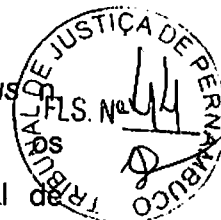
188

5060

EMENTA: HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. ROUBO QUALIFICADO PELO CONCURSO DE PESSOAS E RESTRIÇÃO DA LIBERDADE DA VÍTIMA. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS DA PRISÃO PREVENTIVA. INOCORRÊNCIA. MODUS OPERANDI VIOLENTO. REITERAÇÃO NO MESMO CRIME. PERICULOSIDADE DO AGENTE. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PLEITO DE EXCESSO DE PRAZO. NÃO VERIFICAÇÃO. ATRASO NÃO IMPUTÁVEL AO JUÍZO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. DENEGAÇÃO DA ORDEM. DECISÃO UNÂNIME.

1. *Restando demonstrada, nos autos, a periculosidade do paciente, em razão do modus operandi extremamente violento do crime e também por sua reiteração no mesmo crime, prisão preventiva está devidamente fundamentada em hipótese autorizadora da prisão preventiva, nos termos do art. 312 do CPP, qual seja, a garantia da ordem pública.*
2. *Com fundamento no princípio da razoabilidade, não se pode considerar constrangimento ilegal por excesso de prazo a demora de alguns meses, que não atribuível à autoridade judicial, que se encontra, no caso concreto, em exercício cumulativo em outra vara há mais de seis meses.*

Vistos, relatados e discutidos estes autos do *Habeas Corpus* 0201633-7 em que são partes as acima nominadas, ACORDAM Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, denegar a ordem do presente *Habeas Corpus*, nos termos do voto do Des. Relator.



189

Recife, 22 de Dezembro de 2009.


MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI
Des. RELATOR E PRESIDENTE



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi



QUARTA CÂMARA CRIMINAL
PROCESSO nº: 201633-7 (3ª Vara Criminal de Olinda)
HABEAS CORPUS
IMPETRANTE: JURANDIR ALVES DE LIMA
PACIENTE: MARCONE JOSÉ SANTOS DA SILVA
RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

190

RELATÓRIO

Trata-se de *Habeas Corpus* liberatório impetrado por JURANDIR ALVES DE LIMA em favor de MARCONE JOSÉ SANTOS DA SILVA, o qual responde pela prática do crime previsto no art. 157, § 2º, II e V do CPB (roubo qualificado pelo concurso de pessoas e pela restrição da liberdade da vítima), apontando como autoridade coatora a Juíza de Direito da 3ª Vara Criminal de Olinda.

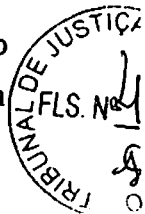
Argumenta o impetrante, em síntese, que o paciente vem sofrendo constrangimento ilegal de seu direito em razão da ocorrência de excesso de prazo para a conclusão do processo, assim como pela ausência dos fundamentos autorizadores da prisão preventiva, uma vez que o paciente possui endereço e trabalho certos. Alega, também, que a decisão que decretou a prisão preventiva do paciente afronta o princípio da presunção de inocência. Juntou documentos de fls. 14/18.

A autoridade apontada coatora prestou informações às fls. 31/32, comunicando que a prisão preventiva do paciente foi fundamentada na necessidade de manutenção da ordem pública, uma vez que o violento *modus operandi* do crime e a existência de condenação anterior em crime da mesma espécie denotam que a personalidade do agente é voltada à prática de crimes. Informou, também, que se

encontra em exercício cumulativo na 1ª Vara Criminal de Olinda desde maio do corrente ano, o que justifica o alegado retardamento processual, haja vista a necessidade de compatibilizar as pautas de audiências das duas varas.

A Douta Procuradoria de Justiça, em parecer às fls. 38/39, opinou pela denegação da ordem, por entender que o decreto de prisão preventiva está devidamente fundado na necessidade de manutenção da ordem pública e que não ficou demonstrado excesso de prazo, pois já foram apresentadas as defesas preliminares e também já foi marcada a audiência de instrução e julgamento. 191

É O RELATÓRIO.



A large, stylized handwritten signature in black ink, located in the lower right area of the page.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi

192

QUARTA CÂMARA CRIMINAL
PROCESSO nº: 0201633-7 (3ª Vara Criminal de Olinda)
HABEAS CORPUS
IMPETRANTE: JURANDIR ALVES DE LIMA
PACIENTE: MARCONE JOSÉ SANTOS DA SILVA
RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

VOTO

Srs. Desembargadores,

Sr.(a) Procurador(a).

O impetrante requer, em síntese, a concessão da ordem de *habeas corpus*, sob o argumento de que o paciente sofre constrangimento ilegal de seu direito em razão da ocorrência de excesso de prazo para conclusão da instrução criminal e devido à ausência de fundamentação do decreto de prisão preventiva.

Consta dos autos que o paciente juntamente com um comparsa invadiram, durante a madrugada, o estabelecimento comercial no qual a vítima trabalha como vigia noturno, roubando-lhe um telefone celular e a quantia de R\$ 3,00 (três reais). Os agentes ainda amarraram a vítima por cerca de vinte minutos a fim de obriga-lo a dizer onde se encontravam as chaves do escritório da empresa. Tendo sido frustrada sua empreitada, resolveram ir embora e quando se encontravam já fora do local, foram abordados e presos em flagrante pela polícia.

Assim, levando em consideração o *modus operandi* muito violento descrito nos autos, assim como o fato do paciente já ter sido condenado por crime da mesma espécie, fica demonstrada a sua personalidade perigosa e voltada para a

prática de crimes, de modo que a sua segregação cautelar é medida essencial à manutenção da ordem pública.



A jurisprudência tem se manifestado pela necessidade de segregação preventiva embasada na garantia da ordem pública quando tiver sido utilizado meio extremamente violento para a perpetração do crime, conforme denotam os seguintes julgados do Superior Tribunal de Justiça:

193

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. RÉU DENUNCIADO PELOS CRIMES PREVISTOS NOS ARTIGOS 157, § 2º, I, II E V, E § 3º, 148, CAPUT, 163, PARÁGRAFO ÚNICO, III, E 288, PARÁGRAFO ÚNICO, TODOS DO CÓDIGO PENAL E 14 DA LEI Nº 10.628/03. PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. APELO IMPROVIDO.

1. Não há como enfrentar, na via estreita do writ, as alegações de negativa de autoria por demandar necessariamente o exame aprofundado de provas.

2. A prisão cautelar, providência processual de caráter excepcional, só deve ser imposta quando verificado um dos motivos que autorizam sua adoção, que deve restar claramente demonstrado, tudo em consonância com o disposto no artigo 312 do Código de Processo Penal.

3. No caso em tela, exsurge patente a necessidade da manutenção da prisão preventiva para garantia da ordem pública, tendo em vista o modus operandi violento e audacioso com que foram perpetradas as condutas delituosas, causando intranquilidade e temor à comunidade local.

4. Recurso improvido. (RHC 17.749/BA, Sexta Turma, Rel. Min. PAULO GALLOTTI, DJU 06/02/2006, p. 318).

HABEAS CORPUS. ESTUPROS – ATENTADOS
VIOLENTOS AO PUDOR E ROUBO TRIPLAMENTE

CIRCUNSTANCIADO - PRISÃO PREVENTIVA. MODUS OPERANDI
- PROCESSOS EM ANDAMENTO - GARANTIA DA ORDEM
PÚBLICA E DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL. DECRETO
CONSTRITIVO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. DENEGAÇÃO
DO WRIT.

194

1. A real periculosidade dos réus, a crueldade, revelada pelo modus operandi dos crimes, bem como a necessidade de fazer cessar a reiteração criminosa, são motivações idôneas, capazes de justificar o decreto construtivo, por demonstrar a necessidade de se resguardar a ordem pública e a eventual aplicação da lei penal. Precedentes do STF e do STJ.

2. A prisão cautelar justificada no resguardo da ordem pública visa prevenir a reprodução de fatos criminosos e acautelar o meio social, retirando do convívio da comunidade o indivíduo que diante do modus operandi demonstra ser dotado de alta periculosidade.

3. Sendo o feito criminal de alta complexidade, devido à necessidade de expedição de precatórias, o rigor dos prazos processuais deve ser atenuado, aplicando-se para tanto o princípio da razoabilidade.

4. A alegação de bons antecedentes, primariedade, trabalho habitual e residência fixa não são suficientes para afastar a segregação provisória, quando valores maiores a justificam.

5. Ordem denegada. (HC 83.687/MT, Quinta Turma, Rel. Des. Conv. JANE SILVA, DJU 15/10/2007, p. 329).

Dessa forma, a violência exacerbada que foi utilizada durante a execução do crime é suficiente para demonstrar a periculosidade do paciente, o que torna necessária sua prisão cautelar como forma de garantia da ordem pública, ainda mais quando corroborada pela reiteração do acusado, que foi condenado anteriormente por crime da mesma espécie.

Há, ainda, prova da materialidade do crime e indícios suficientes de sua autoria, uma vez que os acusados foram presos em flagrante, com o produto do crime e a vítima os reconheceu de pronto. Dessa forma, estando também presente a hipótese autorizadora da medida restritiva, consubstanciada na garantia da ordem pública, encontram-se preenchidos todos os requisitos e devidamente fundamentada a segregação preventiva do paciente.

195

Além disso, apesar dos impetrantes alegarem que o paciente é primário, trabalhador, tem bons antecedentes e residência fixa, tais qualidades não são suficientes para afastar a necessidade de prisão preventiva, conforme tem entendido o Superior Tribunal de Justiça:

"O fato de o recorrente ser primário, trabalhador e ter residência fixa no distrito da culpa não garante eventual direito à liberdade, quando outros elementos constantes nos autos recomendam a sua custódia cautelar. Precedentes." (RHC, 19.261/RS, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, DJU 07/02/2008, p. 01)

Dessa forma, não há que se falar em ausência de hipótese autorizadora da prisão preventiva, haja vista estarem presentes todos os pressupostos exigidos pelo art. 312 do CPP, estando o decreto devidamente fundamentado na garantia da ordem pública.

No que tange à ocorrência de excesso de prazo para a conclusão da instrução criminal, cumpre ressaltar que a Magistrada monocrática informou que se encontra em exercício cumulativo em outra vara desde maio do corrente ano e que a demora no processamento do feito é decorrente da superlotação das pautas de audiência, ainda mais porque deve compatibilizar as pautas das duas varas.

Neste contexto, tenho que deve ser observado o princípio da razoabilidade, segundo o qual o prazo para a formação da culpa deve ser considerado de acordo com critérios específicos, diante do grau de complexidade de cada processo e do número de feitos a serem analisados pelo Magistrado.

Assim, não existe um prazo absoluto para o término da instrução processual, devendo ser levadas em consideração as peculiaridades de cada caso,

pois excesso justificável não pode ser tomado como constrangimento ilegal. Este também é o entendimento do douto STJ, conforme demonstra o seguinte trecho de seu recente julgado:

196

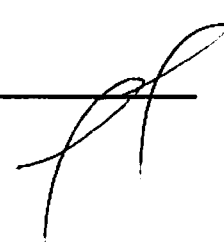
Os prazos necessários à formação da culpa não são peremptórios, admitindo dilações quando assim exigirem as peculiaridades do caso concreto, desde que observados os limites da razoabilidade. (HC 109640/PB, Quinta Turma, Rel. Min. JORGE MUSSI, DJE 09/03/2009).

No caso concreto, deve ser levado em consideração que a demora no processamento do feito é decorrente de contratempo provocado por circunstâncias alheias ao controle da Magistrada, pois além da constante sobrecarga de processos e audiências na vara em que é titular, ainda está em exercício cumulativo em outra vara, na qual também tem que presidir audiências, impulsionar os processos e atender às partes. Diante desta sobrecarga de trabalho, a autoridade judicial não pode ser considerada responsável pelo atraso no feito.

Além disso, ponderando a situação de acúmulo de serviço em que se encontra a Magistrada e a sua dificuldade no agendamento de audiências, devido ao grande número de processos, o prazo de 8 (oito) meses não pode ser tido como excessivo, visto ser natural que haja um retardo diante das referidas circunstâncias.

Em casos de exercício cumulativo, o este Tribunal já entendeu estar justificado o eventual excesso de prazo quando assim recomendar a razoabilidade, como demonstra o seguinte julgado:

"PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. ADUZIDO EXCESSO DE PRAZO PARA PROLAÇÃO DE SENTENÇA. INOCORRÊNCIA. ALEGAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTOS PARA A MANUTENÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS SUFICIENTES PARA A ANÁLISE DA PRETENSÃO. VIA ESTREITA DO WRIT. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.



I - A pretensão de reconhecimento do excesso de prazo decerto não merece guarida, tendo em vista que a instrução criminal já teve fim, em razão do que se impõe a aplicação da Súmula nº 52, do Superior Tribunal de Justiça.

197

II - O período de tempo transcorrido desde a conclusão para sentença não se mostra excessivamente longo, mormente em se tratando de vara única e de exercício cumulativo por parte do juiz substituto, em virtude de férias do magistrado titular.

III - A parte do pedido embasada na inexistência de fundamentos para a prisão da Paciente tampouco deve ser acolhida, visto que o Impetrante não juntou aos autos qualquer documento relativo à custódia preventiva, seja a decisão que a decretou, seja o mandado de prisão.

IV - Ordem denegada, à unanimidade. (HC 182205-9, Terceira Câmara Criminal, Rel. Des. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO, Julgamento: 01/04/2009) (grifo nosso).

Portanto, considerando o princípio da razoabilidade, há que se reconhecer que eventual excesso de prazo existente não pode ser imputado ao juízo, haja vista a magistrada estar em exercício cumulativo em outra vara desde maio por necessidade do serviço. Assim, tenho que a demora no andamento da ação penal encontra-se plenamente justificada.

Posto isso, considerando que não houve excesso de prazo, segundo aplicação do princípio da razoabilidade, e que estão presentes todos os requisitos necessários à imposição da prisão preventiva, entendo não haver constrangimento ilegal a ser sanado através do presente *writ*, razão pela qual, meu voto é pela denegação da ordem.

É COMO VOTO.

